



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIZETE MOREIRA DA SILVA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU/BA**

Senhor do Bonfim

2015

MARIZETE MOREIRA DA SILVA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU/BA**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim-BA, Colegiado de Ciências Contábeis, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dayse Santiago da Silva Cardoso

Senhor do Bonfim

2015

MARIZETE MOREIRA DA SILVA

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE PINDOBAÇU/BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação do *Campus* VII - Senhor do Bonfim da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Dayse Santiago da Silva Cardoso
(Orientador)

Francisco Marton Gleuson Pinheiro
(Examinador)

Jorge Adriano Ferreira de Souza
(Examinador)

Dedicatória

Aos meus pais “*in memoriam*”;

Ao meu querido e amado filho Itallo;

Ao meu namorado Marco Aurélio;

Aos meus irmãos, Luzivan, Edmundo,
Luzinete, Eugênio e Mônica;

Aos meus queridos sobrinhos Matheus,
Neto, Layla e Kaique.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por me proporcionar confiança e proteção para prosseguir em meus objetivos.

Aos meus pais que apesar de analfabetos, sempre me incentivaram e priorizaram a educação. A toda a minha família pelo apoio e incentivo diário.

A minha orientadora, Dayse Santiago, pelo apoio durante todo esse processo.

Aos professores que contribuíram nessa jornada, principalmente o prof. Marcio e Arapiraca, que sempre fizeram questão de me motivar: “você é capaz”.

A todos os gestores das empresas envolvidas na pesquisa, que demonstraram parceria e cumplicidade;

Aos amigos que compartilharam durante todo esse trajeto, colegas de turma, em especial Gislaine.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível “.

(Charles Chaplin)

RESUMO

No Brasil as micros e pequenas empresas (MPE's), são de grande relevância para o desenvolvimento econômico. A presente pesquisa trata-se de uma análise sobre a importância das informações contábeis para as micro e pequenas empresas do município de Pindobaçu, estado da Bahia. A metodologia utilizada é descritiva com uma abordagem quantitativa dos dados e a técnica utilizada foi um levantamento ou *survey*. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário elaborado exclusivamente para este estudo, contendo 17 (dezessete) perguntas que tratam sobre a informação contábil nas MPE's. A amostra desta pesquisa foi composta por 20 (vinte) MPE's da cidade de Pindobaçu – BA. Com base na análise dos resultados observou-se que a informação contábil contribui com o processo de tomada de decisão das empresas. A análise indicou que 60% dos gestores reconhecem que essas informações são importantes para o alcance dos objetivos da entidade. Notou-se que precisa de uma aparente melhoria na informação contábil, possibilitando assim o entendimento, o que conseqüentemente contribui para maior utilização. O estudo também concluiu que o nível de escolaridade do gestor influencia no entendimento da Contabilidade e da informação contábil.

Palavras-chave: Informação contábil; Micro e pequenas empresas; Gerenciamento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de funcionamento das empresas no mercado	40
Gráfico 2 – Tipo de informação contábil normalmente utilizada pela empresa	45
Gráfico 3 – Ferramenta utilizada para expor a informação contábil	46
Gráfico 4 – As informações que são consideradas necessárias para gestão da empresa	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação quanto ao porte da empresa	14
Quadro 2 – Síntese dos fatores que dificultam a sobrevivência das MPE's	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Enquadramento das empresas no Simples	23
Tabela 2 – Nível de escolaridade dos gestores da MPE's – Pindobaçu – BA.....	38
Tabela 3 – Área de atuação da empresa	39
Tabela 4 – Profissional contábil que atua nas MPE's.....	43
Tabela 5 – O papel do contador nas MPE's, na visão do gestor.....	44
Tabela 6 – Sobre a obtenção de melhorias da informação contábil.....	47
Tabela 7 – O papel das informações contábeis dentro da gestão das MPE's	47
Tabela 8 – Frequência que a empresa utiliza a informação contábil.....	48
Tabela 9 – Compreensão das informações contábeis pelo gestor da MPE's	48
Tabela 10 – Relação entre o grau de escolaridade e a compreensão das informações contábeis.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	- Banco Central
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
CPC	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	- <i>International Financial Reporting Standards</i>
MPE's	- Micro e Pequenas Empresas
PIB	- Produto Interno Bruto
PPP's	- Parcerias Público-Privada
SMPE	- Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 A EVOLUÇÃO E AS CONQUISTAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	18
2.2 A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA	24
2.3 FATORES QUE DETERMINAM O SUCESSO/FRACASSO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	26
2.4 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL	27
2.4.1 A informação contábil e seus usuários	29
2.5 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	30
2.6 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	35
3.2 PLANO AMOSTRAL E COLETA DE DADOS	35
3.3 LIMITAÇÃO DA PESQUISA	37
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE AOS GESTORES DAS MPE's	38
4.2 ANÁLISE REFERENTE ÀS MPE's DA AMOSTRA	39
4.3 ANÁLISE REFERENTE À INFORMAÇÃO CONTÁBIL	43
4.3.1 Serviços Contábeis	43
4.3.2 Informação Contábil	44
4.3.3 A informação contábil no gerenciamento das MPE's	47
4.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE VERSUS COMPREENSÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	59

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A economia global passa atualmente por um momento delicado, com um crescimento econômico mundial projetado para o ano de 2015 em 3,5% a.a, e de 3,8% para 2016 de acordo com um estudo realizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril de 2015. O estudo aponta uma inflação negativa para o corrente ano, com uma perspectiva de 7,8% acima do limite de metas estipulado, que era de 4,5% (com a margem de dois pontos). Segundo esse estudo o número de desempregados deve crescer, podendo chegar a 5,9% e em 2016 pode alcançar 6,3%. O estudo estima ainda um crescimento econômico de 0,9% para a América Latina e o Caribe.

Com relação ao Brasil, segundo um estudo desenvolvido pelo Banco Central (BC) sobre o cenário econômico e a perspectiva para este ano de 2015, no Relatório Trimestral da Inflação divulgado em 24 de junho do corrente ano, o Produto Interno Bruto (PIB) terá uma retração bem maior que o esperado, ou seja, de 1,1%, sendo que nos relatórios anteriores estavam estimado em 0,5%. De acordo com a pesquisa, se esse índice for confirmado, será o pior resultado do PIB nos últimos 25 anos. Diante disso, não é descartada a hipótese da economia entrar em recessão técnica, visto que a inflação pode chegar ao 9%, antes previsto para 7,9% e terá novas altas dos juros com a intenção de conter o preço. A boa notícia é que de acordo com o BC esse é o começo de um ajuste para a retomada do crescimento do país.

Grandes responsáveis por boa parte da economia do Brasil, as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) têm um papel muito importante no desenvolvimento econômico do país. Nos últimos anos têm apresentado um crescimento muito grande e atualmente o país conta com aproximadamente 9 milhões de MPE's, que são responsáveis por mais da metade dos empregos formais. Em 2014 a arrecadação das micro e pequenas empresas cresceu 7,2% acima da inflação do ano anterior, atingindo R\$ 61,9 bilhões. Os números mostram ainda que esse tipo de segmento ocasionou a geração de 526,9 mil postos de trabalhos. Os dados são da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O crescimento no número das micro e pequenas empresas é visível em todo mundo. Esse seguimento, vem conquistando ao longo dos últimos anos prestígio e reconhecimento. Para Chiavenato (1995, p. 3):

“As pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, as impulsionadoras dos mercados, as geradoras de oportunidade, as proporcionadoras de empregos mesmo em situação de resseção”.

Com características muito parecidas, existem alguns critérios para diferenciar a microempresa da pequena empresa. Podem ser definidas de 3 (três) formas: pelo número de pessoas ocupadas na empresa, pela receita auferida e de acordo com os parâmetros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No primeiro caso, a classificação leva em consideração as atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, para que assim possa definir o número de pessoas ocupadas. Esse tipo de classificação foi adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando em consideração a forma como a informação está estruturada nas estatísticas, disponíveis aos usuários, também é utilizada pelo Sebrae. O Quadro 1 apresenta os critérios para a classificação quanto ao porte da empresa de acordo com o número de pessoas ocupadas.

Quadro 1: Classificação quanto ao porte da empresa.		
ATIVIDADES ECONÔMICAS		
Porte	Serviços e comércio	Indústrias
Microempresa	Até 9 pessoas ocupadas	Até 19 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas ocupadas	De 20 a 99 pessoas ocupadas

Fonte: Sebrae (2015).

Com relação às receitas auferidas, existe uma limitação para serem classificadas como micro ou pequenas empresas, de acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar n°. 123 de 14 de janeiro de 2006 (BRASIL, 2006). São consideradas microempresas as que alcançarem uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já as empresas de pequeno porte precisam obter uma receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) por ano-calendário. Além disso, devem estarem devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

A outra definição vem dos órgãos federais como o BNDES, que estabelece os parâmetros para análise da concessão de créditos. As microempresas precisam ter uma receita bruta anual de até R\$ 1,2 milhão. No caso das empresas de pequeno

porte é necessário ter uma receita bruta superior a R\$ 1,2 milhão e inferior a R\$ 10,5 milhões por ano.

Nos últimos anos as MPE's têm contribuído não somente para o crescimento da economia, mas também na evolução social e política do país. A afirmação pode ser constatada na realidade cotidiana, considerando a importância que as MPE's representam na produção e comercialização de bens e serviços, na promoção de vagas de emprego, gerando riqueza e desenvolvimento.

Por outro lado, existe uma fragilidade dessas empresas. Estudos mostram que muitas delas não conseguem sobreviver muito tempo e fecham as portas em menos 2 (dois) anos. Em 2014, o índice de mortalidade das MPE's brasileiras caiu pela metade em comparação com o ano anterior. Enquanto em 2013 foram fechadas 124.099 (cento e vinte e quatro mil e noventa e nove) empresas no país, até novembro de 2014 esse número foi reduzido para 60.554 (sessenta mil quinhentos e cinquenta e quatro). Os dados são da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE). Mas a situação ainda é preocupante e segundo alguns estudiosos o "bom resultado" do índice, se deve ao fato dos empreendedores estarem se dedicando, elaborando e gerenciando melhor os planos de negócios.

A sua fragilidade está associada às dificuldades na administração, na parte financeira e também com relação às questões burocráticas. Além disso, existe uma carência de conhecimentos e falta de preparo por parte de muitos gestores. A ausência de informações de caráter contábil e financeira no processo de tomada de decisão, favorecem situações de riscos, evidenciando a necessidade de um melhor controle, mais eficaz e capaz de garantir decisões mais estruturadas, alcançando assim resultados positivos.

A Contabilidade dentro do contexto organizacional desenvolve o papel de gerar informações ao gestor de modo a favorecer no momento da tomada de decisões. Mas para que essas informações sejam úteis é essencial serem compreendidas corretamente e apresentadas no momento certo como reza o Princípio da Oportunidade, que de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.282/10 em seu art. 6º diz: "O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas." Ou seja as informações só serão úteis se forem verdadeiras e oportunas.

As informações produzidas pela Contabilidade são consideradas recursos imprescindíveis para qualquer empresa, não importa o porte. Elas podem proporcionar vantagens competitivas e significar a continuidade do negócio. Sua contribuição está em satisfazer as necessidades comuns a diferentes usuários internos e externos das entidades, sem privilegiar nenhum deles. Os usuários internos são, gerentes, administradores e os funcionários. Já os usuários externos são os fornecedores, clientes, o fisco, o governo, os bancos e demais pessoas que tenham algum tipo de interesse em saber como está a saúde da empresa.

Existem diferentes meios de expor as informações contábeis, como por exemplo, por intermédio das demonstrações contábeis, dos livros, documentos, notas explicativas, escriturações ou registros permanentes e sistemáticos das movimentações ocorridas, planilhas, pareceres, laudos, entre outros meios analíticos e/ou de caráter comparativo. É importante que elas sejam apresentadas com confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

Perante o exposto, constata-se a relevância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento da sociedade e da economia de um país, principalmente na geração de emprego e renda. A Contabilidade por sua vez é de grande influência nos diversos interesses, desde o fiscal, econômico, financeiro e gerencial.

Diante disso, a questão orientadora do presente estudo é: **Qual o grau de importância atribuída às informações contábeis nas micro e pequenas empresas no seu processo de gerenciamento?** Em consonância com a problemática do estudo, tem como objetivo geral **analisar as micro e pequenas empresas da cidade de Pindobaçu-BA com a intuito de identificar como ocorre o uso da informação contábil enquanto instrumento de apoio aos gestores no processo de administração dos negócios.**

Nesse sentido, adicionalmente temos como objetivos específicos: I) Apresentar a relevância das informações contábeis no gerenciamento das MPE's; II) identificar se as micro e pequenas empresas possuem profissional contábil à disposição dentro da organização para fazer o acompanhamento financeiro, econômico, fiscal e burocrático e prestar acessória; III) Verificar a frequência com que os gestores utilizam as informações contábeis no processo de decisões; IV) Caracterizar as micro e pequenas empresas da amostra; e V) Averiguar se o grau de escolaridade dos gestores pode influenciar no entendimento das informações contábeis.

Diante do grande número de MPE's existentes no estado da Bahia e da impossibilidade de analisar todas, optou-se por pesquisar somente as micro e pequenas empresas da cidade de Pindobaçu-BA, por acreditar que é necessário conhecer a peculiaridade, as características e a realidade dessas empresas no âmbito municipal para compreender o quanto representam para o progresso econômico e social local, da região e também nacional.

Temos a pretensão de mostrar os benefícios alcançados ou a serem contemplados com a utilização da Contabilidade e as suas informações, importante instrumento que auxilia na gestão e tem a função de fornecer meios que ajudarão no processo administrativo de uma entidade. A inclusão e o correto uso desse tipo de informação nas MPE's podem trazer muitos benefícios, conseqüentemente, proporcionar um aumento das atividades das entidades, possibilitando assim melhorias contínuas. Mas, muitos dos pequenos empresários ainda não possuem a devida compreensão da colaboração e dos benefícios ofertados pela Contabilidade. As decisões tomadas são baseadas apenas na experiência que acreditam possuir.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se primeiramente no local escolhido para o estudo, o município de Pindobaçu – BA com a maioria das empresas classificadas como MPE's, levando em consideração que elas são responsáveis por boa parte da economia local e da geração de emprego. Nesse sentido, é interessante conhecer como esse tipo de seguimento empresarial está utilizando a informação contábil no processo de gerenciamento.

Após essa introdução, o capítulo seguinte, apresenta a revisão da literatura e são discutidos temas a respeito da evolução das MPE's no Brasil, os fatores determinantes de sucessos e fracassos, sua parcela de contribuição para a economia do país, e o quanto a informação contábil podem influenciar na tomada de decisões.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Apesar do significativo peso das MPE's para a economia do Brasil e o quanto representam para a sociedade, seu ciclo de vida costuma ser curto. As dificuldades e os desafios enfrentados por essas empresas já começam na implementação, já que a maioria não tem um planejamento estratégico que permita estabelecer a direção a ser seguida e que possibilite sua permanência no mercado. Falta uma boa gestão financeira, que muitas vezes não é levado em consideração. Esses fatores são considerados cruciais para a sua sobrevivência (SILVA *et al.*, 2015). Para Moreira *et al.* (2013), a fragilidade das MPE's está relacionada a ausência de informação contábil principalmente no processo decisório, com isso, essas empresas estão mais vulneráveis a situação de risco.

Com base na relevância que as micro e pequenas empresas representam para o país e o quanto o uso da informação contábil pode ser fator determinante para a sobrevivência e o sucesso dessas empresas, este capítulo visa descrever a partir da revisão da literatura a função e a importância que a informação contábil representa para a MPE's.

2.1 A EVOLUÇÃO E AS CONQUISTAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

Não existe nenhum vestígio histórico do período exato do surgimento das MPE's no Brasil, tipo de atividade que era desenvolvida, nem a sua localização. Segundo Prado Jr. (1945) são poucas as informações a respeito das primeiras atividades econômicas do país. Indiretamente com a exploração do pau-brasil no início do século XVI deu origem a alguns estabelecimentos coloniais. Com a decadência da exploração dessas árvores, nesse mesmo século, a cultura da cana-de-açúcar tornou-se o principal negócio. Durante mais de um século e meio a produção e o beneficiamento do açúcar, foi praticamente a única fonte econômica brasileira. Para o autor, as pequenas propriedades tiveram seu surgimento juntamente com esse tipo de produção em larga escala.

Corroborando Souza, Machado e Oliveira (2007), as pequenas empresas tiveram a sua origem junto com a atividade produtiva colonial e os índios brasileiros foram os responsáveis. Eles se dedicavam nessa época à agricultura de subsistência

e se transformaram em pequenos fornecedores de alimentos destinados a suprir os centros urbanos. Segundo os autores, a economia do século XVI tinha como base o açúcar, que em parte era apoiada pelas pequenas propriedades, aponta ainda o estado de São Paulo, mais precisamente na região litorânea como local de origem da agricultura, da indústria e das pequenas empresas do país.

Souto (2013) acrescenta que durante o período colonial, o Brasil adotou o modelo “*plantation*” na organização econômica. Esse tipo de modelo tem 4 (quatro) aspectos principais: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo (ANGELO, 2009). O negócio dessa época tinha como forte o comércio de especiarias, criação de gado, extração de minérios e o comércio de escravos. As empresas de pequeno porte por sua vez, tinham o caráter acessório, isto é, sua existência estava relativamente ligada ao período econômico vigente dessa época, com caráter de serviço complementar (SOUTO, 2013).

Com a implantação da República, as atividades produtivas tiveram uma significativa expansão. Com a exportação do café e da borracha, o país passou a ser dividido por regiões estratégicas para melhor escoamento desses produtos (SILVA *et al.*, 2015). Portanto, o Brasil antes de conquistar a sua independência já presenciou o surgimento de algumas micro e pequenas empresas. Elas atuavam principalmente na manufatura, produção agrícola, serviços e comércio (SOUZA; MACHADO; OLIVEIRA, 2007).

O reconhecimento e a valorização das pequenas empresas despontaram fortemente nos países mais desenvolvidos a partir da década de 50. No Brasil aconteceu um pouco mais tarde, nos anos 80, com a criação da Lei nº. 7.256/1984 (BRASIL, 1984) - Estatuto da Microempresa, que estabelece as normas relativas ao tratamento diferenciado, com a pretensão de simplificar e favorece-la. Com a intenção de construir uma sociedade justa, solidária e livre, foram criadas leis que incentivassem as pequenas empresas à formalização, gerando assim, aumento nos postos de trabalho e diminuição da informalidade (OLIVEIRA, 2012).

Mas, o marco inicial foi na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em que foram reservados os artigos 170, IX e 179, nos quais propõem o estabelecimento de tratamento diferenciado e favorecido, para as empresas de pequeno porte, com a intensão de incentivar a simplificar, eliminar ou reduzir as suas obrigações administrativas, tributária, previdenciária e creditícias.

Para Pavani e Vinha (2007) o Estado é um grande incentivador das condutas dos indivíduos, ao mesmo tempo, assegura diretrizes capazes de promoverem certos acontecimentos que, se não fossem dessa maneira, simplesmente não aconteceriam.

O art. 170 da Constituição Federal de 1988 dispõe:

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Brasil, 1988)

A justificativa da necessidade de estipular esse tipo de tratamento, é constatada ao observar a sua fragilidade em comparação com as organizações de médio e grande porte. Além disso, essas empresas possuem um grande poder empregatício, garantindo também a dignidade humana, assegurando assim a ordem econômica que é fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa. Segundo Silva (2001) a livre iniciativa consagra a economia de uma nação, de natureza capitalista, uma vez que a iniciativa privada é um princípio primordial da ordem capitalista, a liberdade de iniciativa inclui a liberdade da indústria, comércio ou de empresa e também a liberdade de contrato.

O art. 179 da Constituição de 1988, por sua vez reforça esses direitos das microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 179 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (Brasil, 1988).

O tratamento diferenciado possibilita o enquadramento como micro e pequenas empresas, facilitando o processo de legalização e também contribui nos procedimentos cotidianos de caráter legal. Para Pavani e Vinha (2007) o estabelecimento dos princípios constitucionais e leis complementares tem o objetivo de incentivar a criação, a sobrevivência e o crescimento das pequenas empresas. A necessidade do Estado intervir na economia justifica-se a princípio pela busca da igualdade da condição econômica.

A Figura 1 apresenta o histórico das leis que asseguram os direitos das micro e pequenas empresas no Brasil.

Figura 1: Histórico das leis referente às micro e pequenas empresas



Fonte: Adaptado do Observatório da Lei Geral da micro e pequena empresa.

Na década de 90, as microempresas e as empresas de pequeno porte ganharam 2 (dois) reforços. O primeiro com a criação da Lei nº. 9.317/96 (BRASIL, 1996) – Simples Federal, que dispõe sobre o seu regime tributário e a implantação do Sistema simplificado de recolhimento de tributos para os Estados e Municípios. Mas, os Estados optaram por não aderirem ao Simples e estabeleceram regimes próprios para a tributação. Com os Municípios ocorreu o mesmo, somente alguns adotaram o Simples, os demais não estipularam nenhum benefício para essas empresas (OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA).

O segundo reforço foi com a aprovação do Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte (Lei nº. 9.841/1999) que entre outras medidas, instituiu alguns benefícios nos campos administrativos, trabalhistas, de crédito e de

desenvolvimento empresarial. O aspecto negativo desse estatuto foi que a sua criação se deu por meio de lei ordinária federal e não possuía poder legislativo sobre os Estados e os Municípios, portanto, os seus benefícios estavam restritos à esfera do Governo Federal (OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA).

Com a promulgação da Constituição de 1988, as propostas de reformas do sistema tributário brasileiro, em geral tinham entre os objetivos, incentivar a competitividade comercial, simplificar as obrigações tributárias, acabar com a guerra fiscal, impulsionar a equidade fiscal e o progresso do sistema. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº. 42/2003 (BRASIL, 2003), não foi diferente. Entre os pontos de destaque, o art. 146.º previa a criação de lei complementar para o tratamento das normas gerais tributárias. No seu inciso terceiro, alínea “d” estabelecia que as microempresas e as empresas de pequeno porte, tivessem uma atenção especial com relação ao assunto. Com isso, os Estados e os Municípios perderiam parte da sua autonomia em favor da União (NETO, 2012).

No ano de 2006 entra em vigor a Lei Geral, conhecida como o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Foi instituída pela Lei Complementar Federal nº. 123/2006 (BRASIL, 2006). Para Prazeres Filho (2013) essa lei assegura ao micro e pequeno empresário menos encargos, ônus e obrigações, um auxílio maior, suporte e apoio no desenvolvimento das suas atividades econômicas. Pavani e Vinha (2007) complementam que a citada lei trouxe algumas vantagens e responsabilidades para esses empresários, com a criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, que é um regime de tributação especial para as MPE's. Consiste em mais uma alternativa de tributação específica para essas pessoas jurídicas. Ao optar por esse sistema a legislação dispõe que sejam prestados auxílios necessários para o processo de adaptação.

Nos anos de 2007 e 2008, a lei anteriormente citada sofreu alguns ajustes pela Lei Complementar nº. 127/ 2007 (BRASIL, 2007) e pela Lei Complementar nº. 128/2008 (BRASIL, 2008), e ficou conhecida como a “Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte” (POR DENTRO DA LEI, SEBRAE –SP).

Com essas alterações, novos benefícios foram concedidos, dentre eles: criação do regime unificado para apuração e recolhimento dos impostos com a simplificação das obrigações acessórias; desoneração tributária da receita de exportação,

incentivando essas empresas a expandir seus negócios; substituição tributária, regime monofásico e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) antecipado com encerramento de tributação, ou seja, o ICMS será recolhido até a operação final, se a operação for interna é substituída, se for mercadoria recebida de outra unidade federal é antecipação. Além disso, simplificou o processo de abertura, alteração e encerramento das empresas; garantiu preferência nas compras públicas; facilidade de acesso ao crédito; dispensa no cumprimento de algumas obrigações trabalhistas e previdenciárias; regulamentação da figura do “Microempreendedor Individual”, ou “Pequeno Empresário”, tratamento especial para formalização, com benefícios previdenciários (POR DENTRO DA LEI, SEBRAE –SP).

Em 2009 a LC nº. 123/2006 sofre outra pequena alteração, foi acrescentada ao art. 18, § 5 “b” o inciso XV, pela Lei Complementar nº. 133, de 28 de dezembro de 2009, apelidada de “Simples da Cultura”. Esta Lei prevê a redução da carga tributária das MPE’s do setor cultural e artístico optante pelo Simples Nacional, inclui também novas atividades de prestação de serviços no Simples (BRASIL, LC nº 133/2009).

Com o intuito de estimular as micro e pequenas empresas à exportação, a Lei Complementar nº. 138/2011 (BRASIL, 2011), dispõe que estas poderão ter receitas adicionais no mercado externo, com o limite de até R\$ 3,6 milhões, de acordo com o enquadramento. Esta Lei também promoveu mudanças nos limites das receitas no mercado interno. A tabela de enquadramento das empresas no Simples teve um ajuste de 50%. A tabela a seguir apresenta, os valores antes e após o referido ajuste.

Tabela 1 – Enquadramento das empresas no Simples

Porte	Antes do ajuste	Depois do ajuste
Microempresa	R\$ 240.000,00	R\$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte	R\$ 2,4 milhões	R\$ 3,6 milhões

Fonte: Observatório da lei geral da micro e pequena empresa (2015).

A mais recente conquista das MPE’s foi com a Lei Complementar nº. 147/2014 (BRASIL, 2014), que atualiza a LC nº. 123/2006 (BRASIL, 2006). As alterações promovidas objetiva fomentar o crescimento das mesmas, de acordo com o art. 47 da referida lei:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. [...] (Brasil, 2014)

Segundo Santana (2014) com a nova norma, a Lei Complementar nº. 147/2014 encerrou qualquer dúvida com relação à imperatividade de se materializar aos benefícios dados às MPE's, em participação em procedimentos licitatórios. Acabou com a opção das Unidades Administrativa “dar” e “não dar” os benefícios concedidos a essas empresas. O texto desta lei, impõe, manda, determina e ordena o cumprimento de certas condutas em relação à política, às estratégias e procedimentos referentes às aquisições do Governo. Enquanto na Lei Complementar nº 123/2006 utilizava a palavra “poderá” a nova medida faz uso da expressão “deverá” impondo a ideia de obrigação, imposição, tarefa, incumbência.

No decorrer dos anos, várias normas foram criadas, com a finalidade de valorizar e garantir os direitos das micro e pequenas empresas. Essas empresas deixaram de ser vistas como “serviço complementar” e se tornaram grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Ao movimentar a economia, o país exercita o cumprimento da ordem econômica previsto pela Constituição, garantido assim a justiça social (PAVANI; VINHA, 2007). As MPE's por sua vez, são de grande significância, desenvolve um papel importante na economia e na formação de uma sociedade (FARIAS; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o Sebrae (2014), as micro e pequenas empresas vem ganhando destaque e reconhecimento ao longo dos últimos 30 (trinta) anos no Brasil. No ano de 2011 as MPE's alcançaram 27% do PIB nacional, esse índice vem aumentado desde 1985. A sua participação no setor de serviços e comércio, em 2011 foi de 19% e na indústria 7,8% do valor adicional. São responsáveis 44% dos empregos formais.

Para Koteski (2004, p. 16) “As micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira”. Com uma grande capacidade de geração de empregos, o potencial das MPE's ultrapassam as fronteiras do território brasileiro. Diversos fatores contribuem para os resultados positivos da sua participação na economia nacional, entre eles o autor destaca que esse tipo de seguimento possui uma estrutura flexível, isso facilita uma reação mais rápida diante

das crises econômicas. Outro fator é a globalização, já que as grandes empresas na busca por maior eficiência e agilidade no processo produtivo, para atenderem as demandas de mercado, estão terceirizando as atividades secundárias ou de apoio às principais e promovendo a substituição da mão-de-obra humana por novas tecnologias.

Consideradas agentes dinâmicos na produção de atividades, as MPE's possuem uma significativa parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil e também do mundo (MOREIRA *et al.*, 2013). A importância atribuída a essas empresas também está no meio rural, com 4,1 milhões de proprietários familiares, garantindo assim a subsistência e a viabilidade socioeconômica. Essas famílias possuem propriedades de até 4 módulos rurais (SILVA *et al.*, 2015). De acordo com o Estatuto da Terra - Lei nº. 4.504/64 (Brasil, 1964), no seu art. 4º, nos incisos II e III, define propriedade familiar e módulo rural.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

[...]

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; [...] (Brasil, 1964)

As MPE's movimentam também a economia informal, com cerca de 9,5 milhões de empreendimentos, que são ocupados por trabalhadores por conta própria e empregadores com média de 1 a 5 pessoas. Segundo Pavani e Vinha (2007) a razão dessas empresas viverem na informalidade é consequência da realidade nacional em não serem capazes de suprirem a carga tributária.

De grande influência para o cenário empresarial brasileiro, os pequenos negócios a cada ano vêm assumindo um lugar de destaque na economia do país. Atualmente, as MPE's são responsáveis por uma grande parte dos empregos formais e do PIB. Dos estados da região Norte e Nordeste, a Bahia é o que possui o maior número de micro e pequenas empresas, sendo o 7º colocado no *ranking* nacional. Segundo os autores, em 2010 o estado tinha 277.327 (duzentos e setenta e sete mil trezentos e vinte e sete) MPE's formalizadas, o que correspondem a 4,53% do total no país. Desse total 60,91% são do tipo estabelecimento comercial. 27,2% do setor de prestação de serviços, 7,87% são indústrias e 4,2% do ramo de construção (FARIAS; AZEVEDO; OLIVEIRA, 2012).

2.3 FATORES QUE DETERMINAM O SUCESSO/FRACASSO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Consideradas motor do sistema econômico as MPE's são alvos dos estudiosos, que têm direcionado uma atenção especial para identificar os fatores que condicionam o seu sucesso e também o fracasso. Lezana e Tonelli (1998) corroboram a importância dessa discussão, desenvolveram um estudo sobre as causas do sucesso e fracasso das micro e pequenas empresas. Define que ao constituir um novo empreendimento existem 2 (duas) fases distintas que determinarão a sobrevivência do negócio. A primeira é composta pelo desejo do futuro empreendedor, de criar uma nova empresa, de desenvolver um planejamento, definir os membros da sociedade e a questão motivacional. Já a segunda fase é direcionada ao funcionamento da empresa, a parte operacional. A Figura 2 apresenta o esquema dessas duas fases.

Figura 2 – Causas de sucesso/ fracasso das micro e pequenas empresas.

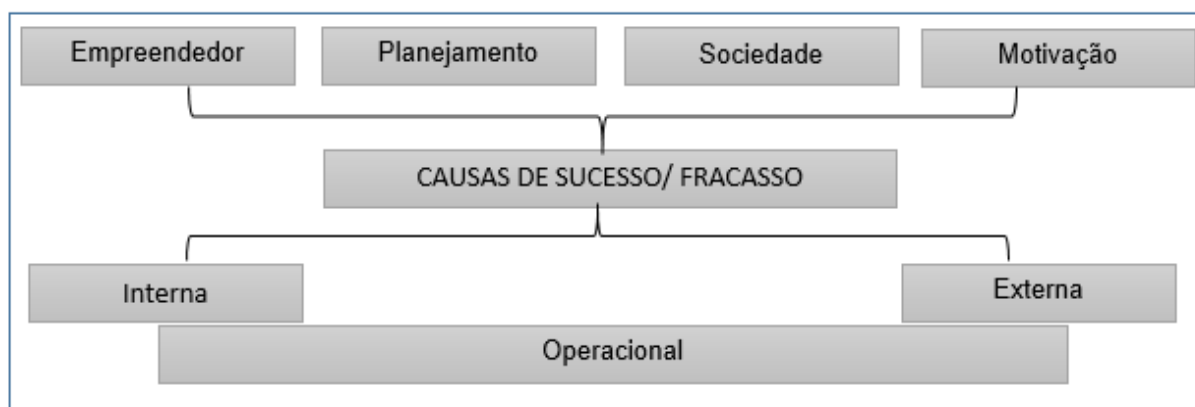


Figura 2: Adaptado do Construto da origem das causas de sucesso/fracasso das MPE's.

A partir do momento que uma pessoa tem o projeto de abrir uma empresa e se tornar empreendedor, precisa ter atitude, determinação, autoconfiança, criatividade, liderança, estar disposta a correr riscos e ter visão de futuro. Para Dornelas (2001, p. 37) “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”.

Um fator importante para o êxito do negócio é o planejamento. De acordo com Souza (2007), refere-se a capacidade de organizar e prever os efeitos dos eventos, ou seja, atua de maneira preventiva com relação às possíveis consequências indesejáveis. E a motivação por sua vez, é um dos principais fatores que faz mover o empreendedor, determinante para o bom desempenho.

Com relação ao fator operacional, está relacionado a forma como as MPE's atuam no ambiente interno e externo. Segundo Lezana & Tonelli (1998), os fatores internos influenciam de modo direto no funcionamento dessas entidades. São "subsistemas" empresarias ligados a gestão, pessoas, finanças, produção e a comercialização. Os externos podem interferirem em questões operacionais internas, capazes de influenciarem ou não a continuidade das atividades de uma empresa. De acordo com Borgheresi (2002), os fatores externos são aqueles que a empresa não consegue ter nenhum ou muito pouco o controle, os mesmos podem afetar não só uma companhia e sim todas, nos mais variados setores. Entre eles têm os fatores políticos, econômicos, legais, tecnológicos, socioculturais.

Souza *et al.* (2012) destacam a relevância das micro e pequenas empresas para o Brasil. É cada vez mais crescente o número desses tipos empresas e diversos fatores colaboram para esse resultado, porém existe um dado preocupante que é o tempo de vida. Os autores desenvolveram um estudo com o propósito de avaliar os principais fatores que contribuem para o sucesso e o insucesso das MPE's. Os resultados apontaram que os fatores qualificação, organização, dedicação, capacidade de assumir riscos e de inovar, são algumas das qualidades positivas dos empreendedores. Também foi possível concluir que o planejamento é uma ferramenta essencial para o sucesso da organização. Com relação aos fatores que contribuem para o insucesso, observou que, questões como falha organizacional, falta de foco e de planejamento e o não conhecimento por parte dos proprietários a respeito do mercado onde atua seu negócio, afetam negativamente as empresas ocasionando o fechamento precocemente.

2.4 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Na Contabilidade um dos seus objetivos é prover informações sobre as mutações ocorridas no patrimônio de uma organização. Na visão de muitas pessoas, as Ciências Contábeis são consideradas apenas um simples instrumento de informação, quando de fato todas as áreas do conhecimento produzem informação. No caso específico da Contabilidade, além de conceber informações, permite ainda explicar os fenômenos patrimoniais, realizar análises, controlar e serve de base para projeção futuras, entre outras (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000).

Para Afonso Frey, Rosane Frey (2003), a contabilidade com o seu grande potencial, pode colaborar com desenvolvimento da pequena empresa, por meio da função consultiva e preditiva, servindo de auxílio aos empresários a identificarem suas reais necessidades de informação antecipadamente, deixando um pouco de lado a sua mera função interpretativa acerca dos relatórios. No que diz respeito a informação contábil, precisa estar direcionada ao atendimento das carências do seu maior usuário, o gestor.

Para Heiderich (2014), a informação contábil é considerada um produto que é obtido ao término do processo contábil, o qual começa com a escrituração de todos os registros contábeis, depois são elaboradas e analisadas as demonstrações contábeis. O objetivo principal da informação contábil é contribuir com os gestores e administradores a tomarem suas decisões.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00 (2008, p.11) “as informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores”.

Dentro de uma entidade, a informação é considerada um instrumento útil para lidar com os problemas referentes à administração. Com um cenário cada vez mais competitivo, as empresas precisam procurar meios capazes de garantir a sua continuidade. Os gestores a todo momento se deparam com a necessidade de tomar decisões e aquele que souber utilizar de maneira correta e eficaz essas informações terá um diferencial diante das outras e alcançará o sucesso (MOREIRA *et al.*, 2013).

Porton e Longaray (2006) destacam que, no processo de fornecimento da informação contábil, existe um fator fundamental a ser considerado, a análise do custo-benefício. É imprescindível que as informações geradas proporcionem benefícios maiores que os custos de sua aquisição. Em vista disso, o gestor deve ter prudência e avaliar cuidadosamente essa questão.

Segundo Corrêa *et al.* (2012), as informações contábeis cada vez mais estão direcionadas para o auxílio na tomada de decisão, caracterizando-se como um dos mecanismos mais eficiente para a comunicação empresa e usuários. Raifur *et al.* (p. 11, 2011) acrescentam, “a informação contábil em seu modelo teórico associada ao seu usuário tem uma única finalidade: a tomada de decisão. E é este o objetivo da contabilidade”.

Dias Filho (2000) ressalta que ao mesmo tempo, que as informações contábeis são importantes no processo de tomada de decisão dentro do contexto empresarial, muitos dos usuários não as compreendem, o motivo é a falta de conhecimento do significado dos termos que são utilizados para evidenciar os eventos econômicos e financeiros. Com isso, as informações fornecidas não alcançarão os objetivos a que se propõem.

2.4.1 A informação contábil e seus usuários

Segundo Porton e Longaray (2006) os usuários da informação contábil podem por meio desta acompanhar as variações e as mutações que ocorrem na entidade. Os usuários são pessoas que interessem direta ou indiretamente na análise da situação de uma organização. Quanto aos tipos de usuários, Macêdo *et al.* (2008) definem que estão divididos em dois “polos de localização”, os usuários internos e os externos. Para os autores, os usuários estão de maneira direta vinculados ao ambiente que se localizam. Os usuários internos são os administradores, os sócios e os funcionários, são associados a parte interna da empresa. Já os externos possuem vínculos externamente com a entidade, podem ser os bancos, fornecedores e o governo.

Em uma definição descrita pelo Ludícibus, Martins E Gelbcke (2003, p. 48), o usuário da informação contábil é “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

Para Raifur *et al.* (2011) existem diversos perfis dos usuários da informação contábil. De acordo com o estudo os usuários das MPE's são poucos sofisticados, a maioria possuem baixa escolaridade, não tem qualificação profissional, os recursos financeiros de apoio à gestão são limitados e possuem estrutura precária. Com isso, para compreender as informações que são disponibilizadas necessitam de qualificação com relação à Contabilidade, para criar condições de manipular adequadamente a informação.

Também existe aquele tipo de usuário exigente, como descreve Afonso Frey, Rosane Frey (2003), com os usuários da informação contábil cada vez mais exigentes, as empresas são pressionadas a disponibilizarem informações mais flexíveis que possam ser manipuladas e articuladas de modo a atender melhor às necessidades

cotidianas. Para os autores, com a utilização de banco de dados as organizações potencializam o seu sistema de informações, pois essas estarão mais acessíveis para serem manipuladas no momento que precisarem, contribuindo para atender as necessidades, os objetivos e as estratégias empresariais.

2.5 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil é considerada um recurso fundamental para as empresas, mas para ser útil é preciso que ela tenha qualidade, de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011). No capítulo 3, cujo o título é: Características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Define que para a informação contábil ser útil é necessário que seja relevante e evidencie com fidedignidade o que se dispõe a retratar. A sua utilidade é melhorada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

No que se refere às características qualitativas, tem o propósito de apontar os tipos de informações que supostamente são mais uteis para os investidores, os credores e demais interessados na situação da empresa, para observarem e tomarem as suas decisões com base nas informações disponíveis nas demonstrações contábeis da empresa. Uma informação para ser útil, precisa ser relevante, ou seja, são as que têm importância dentro do contexto empresarial e possuem valor preditivo e confirmatório. Representa fielmente o que se propõe a representar, por isso, deve ser completa, neutra e sem erro (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS, 2013).

Sá (2014) reforça, ao defender que as características qualitativas têm o potencial de melhorar a utilidade da informação que é relevante e fidedigna na representação. Sobre a comparabilidade da informação contábil, segundo Porton e Longaray (2006), o processo de obtenção de informação envolve a utilização de métodos e critérios uniformes, para realizar o registro dos eventos contábeis e elaborar as demonstrações financeiras. Todavia, a adoção de certo critério, deve ser preservado sempre, pois a ausência pode prejudicar as informações.

A verificabilidade tem a intenção de ajudar a garantir aos usuários que a informação representa fielmente o fenômeno contábil-financeiro que se propõe a representar. A verificação pode ser feita de forma direta ou indireta. A primeira permite

ao usuário averiguar se a informação é fidedigna por meio de observação direta, a exemplo, análise do fluxo de caixa, do estoque físico, entre outros. A verificação indireta analisa os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalcula, os resultados obtidos por meio da aplicação dos mesmos métodos (CPC 00, 2011).

A tempestividade, por sua vez, é uma qualidade determinante na avaliação da informação, por isso precisa ser produzida e apresentada no momento hábil para que possa ser útil aos usuários, caso contrário sua importância pode perder o valor com o tempo, já que uma informação é considerada relevante quando é oportuna. Com a economia globalizada, há uma exigência que as informações contábeis sejam cada vez mais tempestivas, com o propósito de satisfazer as necessidades dos usuários no período certo (SÁ, 2014).

Conforme Stroeher e Freitas (2008), a compreensibilidade da informação contábil é influenciada pelas características dos usuários e as inerentes à informação. Raifur Kos *et al.*(2014) acrescentam, a compreensibilidade possui dependência da linguagem pragmática, principalmente quando o nível de sofisticação do usuário da informação decaí. Portanto, muitos dos termos contábeis utilizados são limitados a linguagem semântico-sintática.

Em seu estudo Raifur Kos *et al.*(2014) observaram se o nível de formação do gestor pode ser capaz de interferir na compreensão da informação contábil, tendo como objetivo verificar se os gestores das micro e pequenas empresas recebem, compreendem e utilizam as informações contábeis no gerenciamento das mesmas. Três fatores foram investigados: I) Compreensão da informação; II) Utilização da informação; e III) Recebimento da informação e relacionamento entre gestor e contador. Os resultados mostraram que os gestores das MPE's encontram dificuldades na compreensão da informação. Eles recebem parte das informações, não as compreendem, porém as usam no processo decisório, dentro do limite de entendimento. Quanto ao relacionamento gestores e contadores, verificou-se que mesmo com a restrição de informações por parte do profissional contábil, não identificou insatisfação com a relação. Também constatou que nível de formação do gestor influencia na compreensibilidade da informação.

2.6 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Em um ambiente empresarial, o gestor ao tomar suas decisões necessita de informações capazes de evidenciar a real situação da entidade, as informações contábeis por sua vez, possuem essa capacidade. Quando são utilizadas de forma adequada, garantem bons resultados. Em uma pesquisa conduzida por Ribeiro, Freire e Barella (2013) sobre a importância da Contabilidade para as MPE's e a relevância das informações contábeis no gerenciamento empresarial, do total de 25 gestores entrevistados os resultados apontaram que, para eles as informações contábeis não são utilizadas como instrumento de apoio no processo de tomada de decisão. A Contabilidade é vista apenas como instrumento destinado para atender às necessidades fiscais, legais e burocráticas. Os autores destacam a importância do gestor se conscientizar do papel fundamental das informações para a sobrevivência e para alcançar o sucesso.

Segundo Heiderich (2014), as MPE's cumprem um papel relevante na macroeconomia do Brasil, atuando na geração de emprego e renda para as famílias. Mas existe um fator preocupante, essas empresas enfrentam muitos problemas no processo de continuidade dos negócios. A informação contábil, por sua vez, é muito útil na tomada de decisão dos gestores e manipulada de maneira correta, pode servir de auxílio na diminuição do índice de mortalidade dessas organizações.

No contexto atual, todas as pequenas empresas devidamente formalizadas, possuem um profissional contábil para acompanhar suas atividades, mesmo que de maneira superficial, com a finalidade de atender aos interesses legais e fiscais. As informações disponibilizadas normalmente são sem o prévio esclarecimento e interpretação, com isso, não são exploradas de forma completa, portanto, o que poderia servir de instrumento de auxílio na gestão da entidade, resume-se apenas às questões legais (AFONSO FREY, ROSANE FREY, 2003).

Na visão de Oliveira, Müller e Nakamura (2000), na maioria das empresas, acontecem distorções significativas nas informações contábeis e o motivo principal é a influência fiscal. As demonstrações contábeis são consideradas difíceis de serem interpretadas pela gerência. Essa constatação pode ser verificada especialmente nas pequenas empresas, que usufruem unicamente para o cumprimento das exigências fiscais, deixando em segundo plano, o suprimento das necessidades da gestão.

Stroeher e Freitas (2008) desenvolveram uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, procurando identificar as características da informação contábil e a sua utilização na tomada de decisão nas pequenas empresas. Os resultados observados, apontam que, para a maioria dos empresários, as informações contábeis fornecidas pelos contadores que prestam serviços para o seu estabelecimento, não suprem suas necessidades ou só atendem às informações básicas fiscal e tributária. Para eles a Contabilidade está associada ao excesso fiscal e de arrecadação de impostos. Observou também que os proprietários desse tipo de negócio, não têm interesse em fazer uso pleno das informações contábeis, devido porte.

Moreira *et al.* (2013) fizeram um estudo sobre a importância das informações contábeis nas MPE's da cidade de Teófilo Otoni - MG, sob o ponto de vista dos gestores. A amostra foi composta por micro e pequenas empresas na área do comércio varejista. A análise apontou que a Contabilidade ainda é vista como mera executora das obrigações fiscais e trabalhistas e boa parte dos gestores não compreendem a importância que esse tipo de informação representa para a entidade. Foi possível observar ainda que, os gestores com maior nível de formação, sabem o quanto a Contabilidade é relevante, mas se houvesse uma simplificação no recolhimento dos tributos, dispensariam os serviços do contador.

Em um estudo realizado por Lovo, Oliveira e Ziviani (2014) observou-se o uso da informação contábil pelos gestores das empresas de duas cidades Cacoal e Rolim de Moura, estado de Rondônia, com o objetivo de analisar se os demonstrativos e os indicadores financeiros são vistos como fonte de informação na tomada de decisão. A amostra contou com 203 (duzentas e três) entidades, os resultados indicaram que os gestores possuem o devido conhecimento dos benefícios da informação contábil e que a maioria utilizam no cotidiano. A ausência ou não recebimento desse tipo de informação pode prejudicar a organização.

Outro estudo que merece destaque, foi elaborado por Vilas Boas e Moraes (2014), ao analisarem a percepção dos gestores e dos empresários das micro e pequenas empresas da cidade de Tangará da Serra – MT sobre o uso da informação contábil como auxílio nas decisões tomadas pelos gestores. A pesquisa partiu do pressuposto que, esse tipo de informação é relevante na administração e que as demonstrações contábeis e os relatórios são uma das formas de evidenciação. A amostra foi composta de 240 (duzentos e quarenta) entidades e os resultados indicaram que 87% dos entrevistados consideram a informação contábil importante

para o auxílio no gerenciamento das empresas, mas 24% dos gestores não utilizam as demonstrações e os relatórios contábeis e 44% tem dificuldades de entender e utilizar a informação. Também identificou que o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), são os tipos mais disponibilizados pelos contadores.

Perante o exposto, o próximo capítulo dispõe dos procedimentos metodológicos adotados nesse estudo. Em um primeiro momento, é apresentada a caracterização da pesquisa, logo após, as técnicas empregadas para a coleta e a análise dos dados. Para finalizar, evidencia as limitações da pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

No processo de construção de uma pesquisa, alguns procedimentos metodológicos são adotados com intuito de explicar os fenômenos estudados. Conforme Raupp e Beuren (2006), levando em consideração as particularidades da Contabilidade, uma pesquisa pode ser classificada em 3 (três) categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva. De acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa procura descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, também pode estabelecer relações entre as variáveis. Para isso, utiliza-se técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário e observação). Vergara (2000) acrescenta que essa espécie de pesquisa não tem a finalidade de explicar os fenômenos que são descritos, apesar de servir de base para isso.

Quanto a técnica de pesquisa, neste estudo foi utilizado o levantamento ou *survey*, tendo como instrumento de pesquisa, um questionário. Gil (2008, p. 55) cita que essa técnica “basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.”

Com relação à abordagem do problema, o método utilizado é a pesquisa quantitativa. Para Silva, Lopes e Braga Jr. (2014) a pesquisa será considerada quantitativa quando possuir dados numéricos. Além disso, só terá sentido quando tiver um problema bem definido e com informações suficientes sobre o objeto de estudo, portanto é essencial conhecer as qualidades e ter um controle do que se propõe a pesquisar. Richardson (2011) complementa que esse tipo de pesquisa tem como principal característica o uso de quantificação na coleta de e no tratamento dos dados, que é realizado por meio de técnicas estatísticas.

3.2 PLANO AMOSTRAL E COLETA DE DADOS

A pesquisa considerou as Micro e Pequenas Empresas (MPE's), localizadas no município de Pindobaçu, estado da Bahia, distante 398 km da capital, Salvador. De

acordo com o Censo de 2010, a cidade tem uma população de 20.121 habitantes (IBGE, 2015). Para identificar e selecionar as MPE's, primeiro foi realizado um levantamento do número total de empresas em atividades no ano de 2015. Para isso foi realizada uma visita ao setor de Alvará da Prefeitura Municipal da citada cidade, para solicitação desses dados. Segundo relatórios mantidos por esse órgão, existe 528 (quinhentos e vinte oito) empresas em atuação.

A partir dessa população foi selecionada a amostra e para isso foi necessário classificar essas empresas por porte. Nessa etapa foram observados os critérios definidos pelo Sebrae (2015), que toma como base as atividades econômicas desenvolvidas pela empresa e o número de funcionários. Assim foi possível alcançar os resultados esperados, já que o objeto da pesquisa são as MPE's.

Do total de 528 (quinhentos e vinte oito) empresas, apenas 30 (trinta) são micro e pequenas empresas o que representa 5,68% do total. Este percentual foi pequeno, porque só foram incluídas na pesquisa as MPE's que se encontram em situação regular, ou seja, as que estão devidamente legalizadas nos órgãos competentes.

Definida a amostra, a etapa seguinte consistiu na coleta dos dados. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário (APÊNDICE A) impresso, distribuído para os gestores de todas as 30 (trinta) empresas que compõem a amostra. Estruturado com 17 (dezessete) questões, das quais somente 1 (uma) é aberta, as demais são fechadas e distribuídas da seguinte forma: 5 (cinco) sobre a empresa, e 12 (doze) sobre a Contabilidade e a gestão. Ao final do questionário tem 3 (três) perguntas relacionadas aos dados complementares referentes ao respondente, os quais servirão para traçar o perfil dos gestores dessas MPE's. Todas as questões foram elaboradas especificamente para esse estudo, com base no entendimento sobre o assunto em evidencia. Por meio desse método foi possível analisar de maneira detalhada o problema da pesquisa.

A distribuição dos questionários foi realizada no mês de junho do corrente ano, e o recolhimento foi feito no início do mês de agosto. Dos 30 (trinta) questionários, obteve-se a devolução de 20 (vinte), representando 66,67%. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), "em média os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução". Deste modo, o retorno desta pesquisa é considerado satisfatório, já que está bem acima da média prevista por esses autores. É importante registrar que foi mantido o anonimato tanto das empresas quanto das pessoas que responderam.

Visando uma melhor compreensão dos dados analisados e dos resultados alcançados por esta pesquisa, utilizou-se o programa Microsoft Excel para elaboração de gráficos e tabelas contendo essas informações.

Apresentado os métodos utilizados para a obtenção de dados para o presente estudo, o capítulo seguinte dispõe sobre a análise e as discussões dos resultados levantados pela pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo estão apresentados os resultados da pesquisa contemplando uma amostra com o total de 20 (vinte) respostas das micro e pequenas empresas. O questionário foi composto de 17 (dezessete) questões. Esse instrumento foi destinado para os gestores responderem.

Para sustentação das respostas utilizou-se a fundamentação teórica e as fontes apreciadas foram os artigos e as leis que regem sobre as MPE's no Brasil.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE AOS GESTORES DAS MPE's

Além de buscar compreender como são utilizadas as informações contábeis nas MPE's procurou saber um pouco mais sobre o perfil dos gestores, bem como alguns aspectos da sua formação profissional, por entender que essas são questões que interferem diretamente na maneira de gerenciar a empresa e conseqüentemente no sucesso.

Sobre o perfil dos gestores, pode-se concluir com base nos questionários aplicados, que cerca de 75% dos gestores pertencem ao sexo masculino, os outros 25% são do sexo feminino. Com relação a faixa etária de idade observou-se com base nos resultados obtidos, que os gestores com idade superior a 40 (quarenta) anos representam 50% do total dos respondentes.

Com relação ao grau de escolaridade, os resultados apontaram que nenhum possui especialidade em áreas correlacionadas a Gestão, Administração ou Contabilidade. A maioria dos gestores possuem somente o nível médio, não houve nenhum gestor com nível superior completo, nem cursando. Na Tabela 2 a seguir, é possível observar de maneira mais detalhada esses dados.

Tabela 2: Nível de escolaridade dos gestores da MPE's – Pindobaçu - BA

Nível de escolaridade	Quantidade	%
Ensino Fundamental	4	20
Ensino Fundamental Incompleto	0	0
Ensino Médio	14	70
Ensino Médio Incompleto	2	10
Ensino Superior	0	0
Ensino Superior Incompleta	0	0
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma análise realizada por Faria, Azevedo e Oliveira (2012) sobre a formação profissional dos responsáveis pela gestão, apontou que a formação educacional dos gestores possui relação com o grau de ineficiência do gerenciamento das empresas. Os autores acrescentam que o nível de formação é um fator importante para uma boa administração, visto que, aqueles que possuem maiores conhecimentos serão capazes de tomar decisões mais estruturadas e fundamentadas.

Um dado relevante que a presente pesquisa traz, é que diferentemente das médias e grandes empresas, em que os proprietários contratam profissionais especializados para cuidar da gestão dos seus negócios, as MPE's na sua maioria são gerenciadas pelos seus próprios donos. Com relação as MPE's da cidade de Pindobaçu-BA não é diferente, já que todas as 20 (vinte) empresas são gerenciadas pelos seus respectivos donos.

4.2 ANÁLISE REFERENTE ÀS MPE's DA AMOSTRA

Com a intenção de conhecer as suas características, particularidades e compreender um pouco mais sobre as micro e pequenas empresas, algumas questões foram elaboradas tendo em vista esses objetivos. No instrumento de coleta de dados, correspondem às questões A1 a A5.

Inicialmente foi analisado o porte das empresas que compõem a amostra, para tal fim, os responsáveis por responderem os questionários, os gestores neste caso, foram solicitados que classificassem o porte das suas empresas, para tanto, foram disponibilizadas 2 (duas) alternativas: microempresa e pequena empresa. Para esta classificação foram utilizados os critérios do Sebrae (2015). Das 20 (vinte) empresas estudadas, 18 (dezoito) são microempresas e 2 (duas) são pequenas empresas.

A segunda questão levantada foi com relação a área de atuação ou atividade principal da empresa, sendo que 3 (três) categorias foram apresentadas, conforme dispõe a Tabela 3.

Tabela 3: Área de atuação da empresa

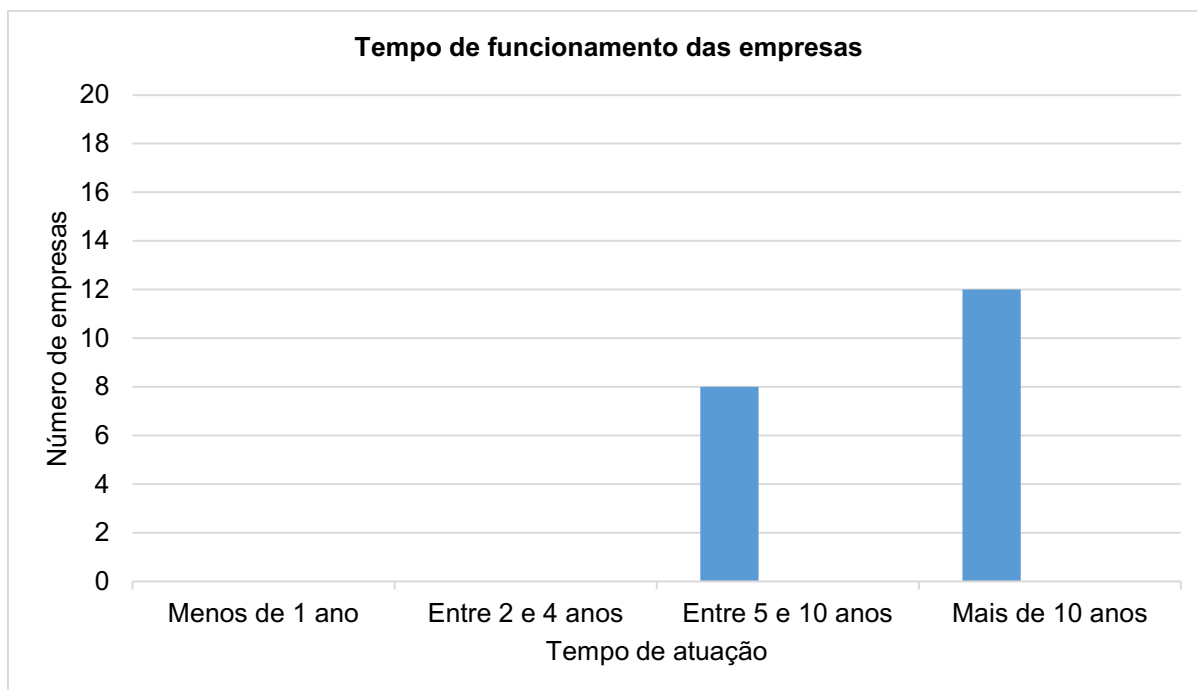
Área de atuação	Nº de empresas	%
Comércio	18	90
Indústria	2	10
Prestação de Serviços	0	0
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado, o comércio é o tipo de atividade que predomina nessa amostra. Esse resultado não é uma particularidade dessa cidade, diversos estudos realizados apontam que o índice de empresas comerciais é bem maior que os demais. De acordo com o Sebrae (2015) no Brasil a maioria das MPE's atuam na área do comércio, tendo um percentual de 48,5%, e com relação ao serviço e à indústria representam respectivamente 38,3% e 13,1%.

Com relação ao tempo de funcionamento das empresas, com base nos resultados, 60% das empresas tem mais de 10 (dez) anos atuando no mercado e os 40% restantes têm entre 5 (cinco) e 10 (anos). Esse é um fator positivo, visto que, estudos realizados por órgãos competentes como Sebrae, revelam que os primeiros anos são os mais difíceis e também os mais cruciais e que boa parte das MPE's não conseguem sobreviver 2 (dois) anos. Portanto, os resultados desta pesquisa mostram, que essas empresas têm superado suas dificuldades e estão conseguindo se adaptar ao mercado que é bem competitivo. A dedicação desses pequenos proprietários garante o sustento da sua família e também contribui com o progresso econômico da região.

Gráfico 1: Tempo de funcionamento das empresas no mercado.



Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível observar, não houve empresas com menos de 1 (um) ano e nem entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos. Primeiro é preciso deixar claro que a presente pesquisa abrangeu as MPE's que estão devidamente legalizadas e com relação a esse resultado, uma possível explicação seria a informalidade, portanto não quer dizer

que nos últimos 4 (quatro) anos não tenham sido criadas novas empresas. Apenas não foram inclusas por estarem em situação irregular, e esse não foi o foco deste estudo.

Devido às altas cargas tributárias que as empresas são sujeitas e às dificuldades de competir com os grandes negócios, muitos empresários optam pela informalidade para garantir a sobrevivência e um retorno maior dos lucros. A informalidade é um problema que envolve muitas questões, tanto social quanto econômica.

A maioria das leis que amparam as micro e pequenas empresas, como foi descrito na revisão da literatura, tem o objetivo de reduzir a informalidade, disponibilizar um tratamento diferenciado e favorecido que possa garantir maiores direitos. Através dos incentivos como redução tributária, apoio através de órgãos como Sebrae que orienta e ajuda os pequenos empresários, o Estado busca maior igualdade econômica. Pavani e Vinha (2007, p. 2) colaboram com a discussão ao dizer:

“A Constituição, embasada nos seus princípios, na Ordem Econômica e a Lei Complementar n. 123/06 dispõe que, às microempresas e empresas de pequeno porte, será adiantado tratamento diferenciado, favorecido e simplificado.

Favorecer e diferenciar tratamento aos exercícios de atividades empresariais é igualar os desiguais a igualdade de tratamento atendendo a coerência social. A diferenciação que favorece os pequenos negócios apresenta-se com grande força, pois, advém do incentivo Estatal.”

Mesmo com todos esses incentivos, este problema ainda está longe de ser resolvido, já que o número de MPE's que vive na informalidade ainda é grande no país. Para Pavani e Vinha (2007) a desinformação é um ponto a ser considerado e também a cultura de ter atividades clandestinas.

Ao serem questionados se procuram algum tipo de ajuda junto aos órgãos públicos ou privados para orientar no desenvolvimento dos seus negócios, 60% responderam que não e os outros 40% disseram que sim. É interessante destacar a importância desses órgãos de apoio aos empresários e ao empreendedorismo, visto que, além de orientar na abertura do negócio também oferece auxílio na continuidade do empreendimento. Essas instituições contam com uma equipe técnica especializada e sempre pronta a ajudar.

A partir do momento que o empresário procura esse tipo de apoio, pode representar um grande diferencial perante as outras empresas, pois estará mais

preparado para enfrentar as dificuldades e também para lidar com o sucesso do negócio.

Por fim foi perguntado sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas MPE's com relação a sua sobrevivência no mercado. Esta questão foi aberta e quanto às respostas, constatou-se sete fatores em comuns nos questionários. No Quadro 2 são apresentados esses fatores, juntamente com as explicações.

Quadro 2 – Síntese dos fatores que dificultam a sobrevivência das MPE's	
Fatores	Explicações
Carga tributária	A alta carga tributária brasileira é um dos empecilhos das MPE's. Muitos impostos a serem pagos e com isso o lucro é reduzido. Manter uma empresa funcionando no Brasil não é barato.
Inadimplência	Muitos comprometem sua renda toda, principalmente os aposentados por conta dos empréstimos, então não conseguem liquidar suas dividas todas.
Competir com as médias e grandes empresas	Essas empresas possuem maiores recursos, disponibilidade financeira, melhores condições de pagamento.
Crise financeira	Diante da crise que o país está passando, desencadeou uma série de problemas, como desemprego e inflação. Com isso as pessoas são obrigadas a poupar os gastos, comprar praticamente só o necessário para manter-se.
Capital de Giro	Refere-se ao capital necessário para a empresa desenvolver seu negócio. São os valores que a entidade tem para custear e manter suas despesas operacionais.
Mão de obra qualificada	Mesmo com a taxa de desemprego alta, existe uma carência de profissionais qualificados, já que muitos optam após se qualificar, ir para cidades maiores, pois o salário é maior.
Falta de emprego para a população	As pequenas cidades sofrem muito com o esse problema, pois não tem capacidade de gerar empregos para toda a população. Como isso a economia local fica enfraquecida, pois não há circulação da renda.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que essas dificuldades são comuns a qualquer empresa, mas se tratando das MPE's, são mais vulneráveis do que as médias e grandes empresas, uma vez que, além de possuírem menos disponibilidades financeiras, com isso, conseqüentemente se as dificuldades aumentarem não conseguirão aguentar por muito tempo, podendo até chegar a decretar falência. Também existe o aspecto relacionado à capacitação dos gestores, já que muitos não estão devidamente preparados para lidar com algumas situações dessas.

4.3 ANÁLISE REFERENTE À INFORMAÇÃO CONTÁBIL

4.3.1 Serviços Contábeis

O instrumento possui 3 (três) questões (A7, A8 e A9) sobre os serviços contábeis prestados para as empresas. Duas são para responder “sim” ou “não”, acompanhando a justificativa da resposta e a outra é de alternativas.

Ao serem questionados se na sua empresa possui profissional contábil atuando exclusivamente dentro da entidade, apenas 1 (um) respondeu que tem esse tipo profissional no quadro de funcionários da empresa, que pertence ao setor de comércio e está entre as 8 (oito) empresas que têm entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de funcionamento. Com relação justificativa, considera-se que uma parte do sucesso da empresa se deve a Contabilidade e ao profissional que desenvolve.

As demais empresas responderam “não”, para realização desse serviço contam com o profissionais liberais.

Tabela 4 – Profissional contábil que atua nas MPE's.

Prestadores de serviços de Contabilidade	Nº de empresas	%
Funcionário da empresa	1	5
Profissional liberal	19	95
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A opção por não manter um contador exclusivamente para a empresa é devido aos custos, pois consideram muito caro. Nesse caso preferem recorrer a empresas que prestam esse serviço, por se tratar de uma Contabilidade mais simples de ser manipulada, o profissional liberal consegue tomar conta de tudo. Faria, Azevedo e Oliveira (2012) apontam um ponto negativo na terceirização dos serviços contábeis, normalmente os contadores dedicam-se praticamente às obrigações fiscais e deixam de prestar assessoria contábil adequada.

Quando questionados se o contador responsável pela empresa orienta com frequência e dá sugestões ao gestor, as respostas de 12 (doze) empresas o que correspondem 60% da amostra, foi que sim. Existe uma boa relação entre gestores e contadores. Orientam nos aspectos financeiro, fiscal e tributário e dão algumas sugestões.

Enquanto 8 (oito) ou 40% disseram que não recebem esse tipo de assessoria. Os contadores apenas desenvolvem o trabalho de manter as questões burocrática e fiscal em dia e raramente orientam ou dão alguma sugestão na administração, só quando solicitados.

Outra questão abordada foi o papel do profissional contador nessas empresas, 4 (quatro) opções foram disponibilizadas como mostra a Tabela 5, que também contém os resultados.

Tabela 5 – O papel do contador nas MPE's, na visão do gestor.

Papel do Contador	Nº de empresas	%
Considera importante o seu papel.	9	45
Devido ao porte da empresa seu trabalho fica restrito aos aspectos fiscais e legais.	5	25
Fornecer informações econômicas e financeiras sobre o negócio e repassar as informações fiscais/legais.	5	25
Desenvolve um papel normal como direitos e obrigações como qualquer funcionário da empresa.	1	5
Total	20	100%

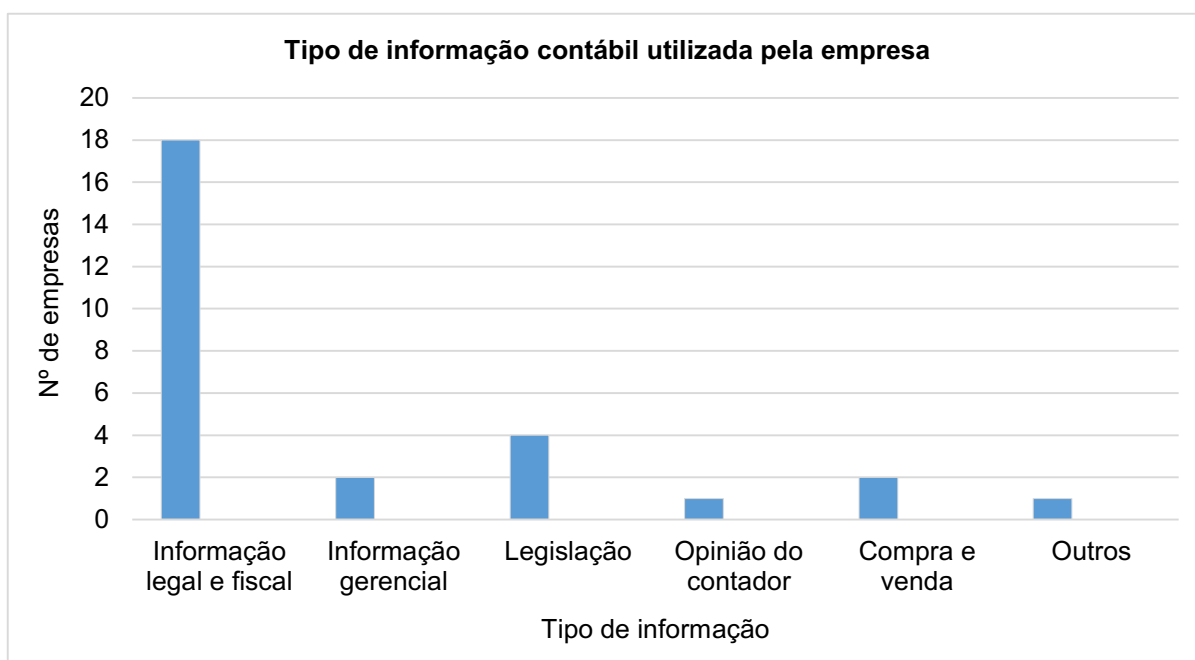
Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser observado na tabela acima, 45% das empresas consideram importante o papel que o contador desenvolve. Somente 1 (uma) empresa acredita que desenvolve um papel normal igual a qualquer funcionário. Em uma pesquisa realizada por Passoni et al. (2013) destacam a importância do contador para as MPE's, a medida em que constitui uma ferramenta muito importante para o gerenciamento e para a sobrevivência das empresas diante de um mercado que é muito concorrido.

4.3.2 Informação Contábil

Com relação a informação contábil, as questões A10 a A13 do instrumento dispõe sobre o assunto. As mesmas foram elaboradas partindo-se da premissa que os respondentes sabem do que se trata, já que a informação contábil é de grande relevância para as empresas.

Foi questionado aos gestores das MPE's da amostra, qual o tipo de informação contábil que normalmente utilizam e 6 (seis) opções foram disponibilizadas, sendo que as empresas poderiam marcar mais de uma opção. O Gráfico 2 apresenta os resultados.

Gráfico 2: Tipo de informação contábil normalmente utilizada pela empresa

Fonte: Dados da pesquisa

Ao observar o gráfico, nota-se que a informação fiscal/legal predomina, pois 18 (dezoito) empresas marcaram. Em uma pesquisa desenvolvida por Pires, Costa e Hahn (2004) os resultados também apresentaram que é o tipo de informação mais utilizada.

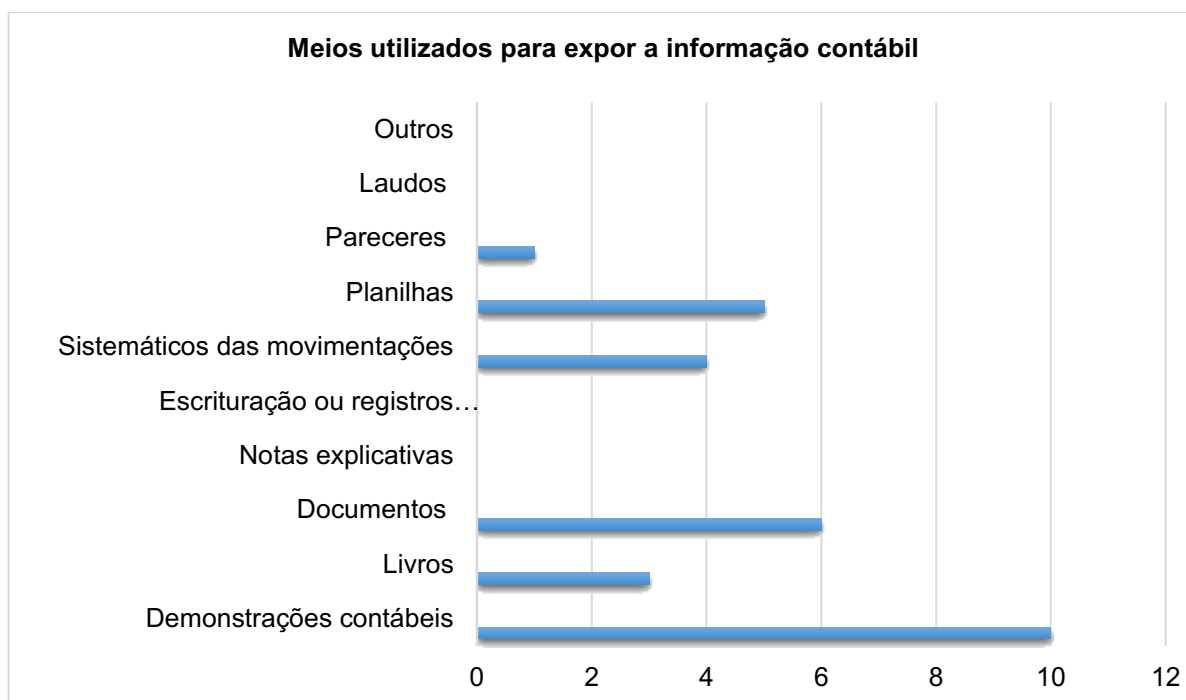
Informação gerencial e de compra e venda aparecem 2 (dois) cada uma. A respeito da primeira espécie Atkinson et al. (2000:36) descrevem que "A informação gerencial contábil é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas". Dessa forma, conclui-se que esse tipo de informação é tão importante quanto a de caráter legal e fiscal. Contribui de forma segura, precisa e rápida com as decisões da entidade e garantindo um melhor desempenho na condução dos negócios.

Sobre as informações contábeis de compra e venda, servem de auxílio no controle do estoque, possibilitando estimar a quantidade correta de mercadorias a serem compradas e o momento adequado para realizar essa aquisição, colaboram também para não haver desperdícios e nem a falta de material ou produto, além disso, muitas decisões são tomadas com base nesses dados.

Complementando a questão anterior, solicitou-se que respondessem qual o meio utilizado para expor a informação contábil. Normalmente o contador é quem escolhe, para isso leva em consideração a ferramenta que possibilite a inclusão do

maior número de informação das mais variadas espécies. Muitos também optam por aquela que seja mais fácil de ser compreendida pelos usuários.

Gráfico 3 – Ferramenta utilizada para expor a informação contábil.



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme evidenciado no Gráfico 3, as Demonstrações contábeis é o meio mais utilizado por essas MPE's para a apresentação da informação contábil. Os documentos e as planilhas são outras opções muito utilizadas.

De acordo com Silva et al. (2002), sobre as demonstrações contábeis, as MPE's são obrigadas de acordo com a legislação comercial a anualmente elaborarem o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). Já a legislação do Imposto de Renda (IR) exige essas demonstrações somente para as empresas obrigadas ou aquelas que optarem pelo Lucro Real.

Questionou-se aos gestores se as informações contábeis contribuem com os objetivos das empresas, 60% responderam sim, 35% disseram que parcialmente e 5% não. A informação contábil pode colaborar muito com a empresa para o alcance dos seus objetivos, à medida que retrata a real situação econômica e financeira.

Quando indagados se consideram necessário obter melhorias com relação à informação contábil, os gestores em sua maioria afirmaram que a implantação de melhorias seria muito importante. O uso da informação contábil contribui para um melhor resultado dentro da empresa, além disso, permite que o gestor obtenha dados

mais completos e consistentes. A Tabela 6 mostra de forma detalhada a análise dos resultados.

Tabela 6 – Sobre a obtenção de melhorias da informação contábil.

Alternativas	Nº de empresa	%
Sim	17	85
Não	3	15
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo a Tabela 6, o percentual dos gestores que responderam “sim” é de 85%. Com relação aos 15% que não acham necessário obter melhorias, presume-se que estão totalmente satisfeitos com a informação contábil disponibilizada pelo contador responsável.

4.3.3 A informação contábil no gerenciamento das MPE's.

No processo de gestão das micro e pequenas empresas, gestores utilizam diversas ferramentas que colaboram para alcançar os resultados desejados. Uma delas é a informação contábil, útil não somente para acompanhar o andamento da Contabilidade da entidade, é também um grande instrumento de apoio na tomada de decisão.

Sobre a Contabilidade e as suas informações direcionadas para o gerenciamento das empresas, buscou-se saber qual o seu papel, questão A14. Como demonstra a Tabela 7, os resultados mostram que estão direcionadas para atenderem os aspectos tributário e fiscal e também para as questões relacionadas a legislação.

Tabela 7 – O papel das informações contábeis dentro da gestão das MPE's.

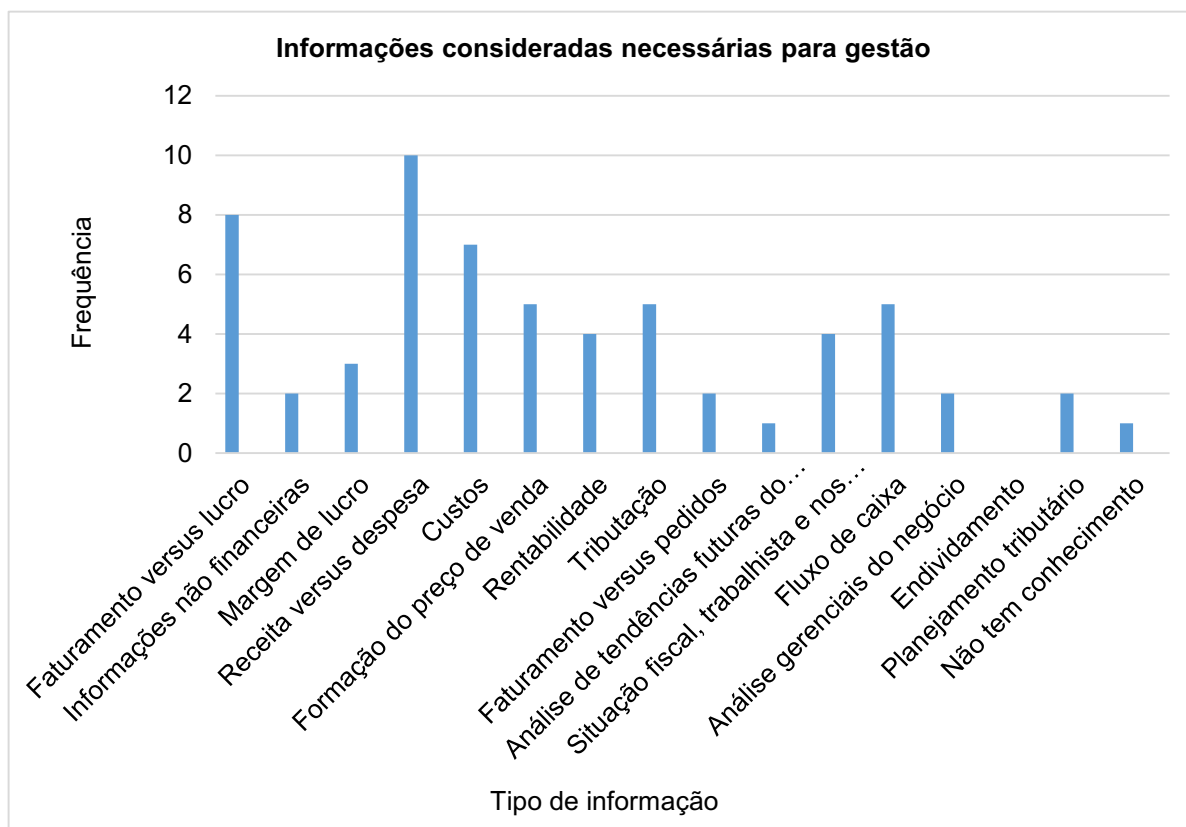
O papel das informações contábeis na gestão das MPE's	Frequência
Atender a legislação (comercial, do IR, das MPE's)	7
Está mais preocupada com os aspectos tributário e fiscal	8
Importante para acompanhar o negócio (vendas, custos, despesas, dentre outros)	1
A Contabilidade é importante para o crescimento do negócio. As suas informações servem para acompanhar esse crescimento.	5
A Contabilidade juntamente com as suas informações (econômica e financeira) é fundamental para traçar objetivos e acompanhar os resultados da empresa.	3

Fonte: Dados da pesquisa

Como é possível notar, 5 (cinco) gestores disseram que a informação contábil também tem o papel de colaborar com o crescimento dos negócios.

Outra questão discutida foi quais os tipos de informações que consideram necessárias para o gerenciamento da empresa. A pesquisa evidenciou que as informações sobre a receita *versus* despesa, faturamento *versus* lucro, e custo, são as que os gestores consideram mais essenciais para a gestão do negócio.

Gráfico 4: As informações que são consideradas necessárias para gestão da empresa.



Fonte: Dados da pesquisa

Essa análise mostrou um dado curioso, nenhum gestor assinalou a opção informação sobre endividamento. Para as empresas é muito importante esse tipo de informação, visto que, retrata o índice de endividamento da entidade para com terceiros se houver e também referente aos clientes que estão em situação negativa com a empresa.

Na questão A16, procurou-se identificar a frequência que a informação contábil é utilizada no processo de tomada de decisão dentro da empresa. A Tabela 8 apresenta os resultados.

Tabela 8 – Frequência que a empresa utiliza a informação contábil.

Frequência	Nº de empresa	%
Sempre	8	40
Às vezes	9	45
Nunca	3	15
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que 40% dos gestores responderam que utilizam sempre esse tipo de informação na tomada de decisão, portanto consideram importante. Enquanto 45% afirmaram que às vezes e apenas 15% disseram que nunca utilizam.

A frequência que a informação contábil é utilizada varia muito. O gestor no momento de tomada de decisão leva em consideração uma série de fatores, e dependendo do tipo de decisão o grau de utilização da informação de caráter contábil pode ser maior ou menor.

Também pode ser levado em consideração o fato de que muitas empresas ainda veem a Contabilidade apenas para tratar de assuntos referentes à questão fiscal e legal e não como uma importante colaboradora da administração dos negócios.

Ao questionar os gestores se conseguem compreender a informação contábil, observou-se que 40% compreendem a informação que é repassada pelo seu contador, portanto, conclui-se que os mesmos possuem a capacidade de saber utilizar o potencial desses dados. Por outro lado, 55% disseram que entende em parte, esse grau de entendimento pode ter relação com o interesse do gestor, já que muitos consideram desnecessário possuir um conhecimento maior, pois não utilizam muito essas informações. A Tabela 8 apresenta a análise completa.

Tabela 9 – Compreensão das informações contábeis pelo gestor da MPE's.

Grau de compreensão	Nº de empresa	%
Sim	8	40
Não	1	5
Em parte	11	55
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A informação contábil possui uma linguagem muito técnica e para os usuários compreenderem corretamente, muitas vezes precisam do auxílio do contador.

Afonso Frey, Rosane Frey (2003, p. 48) defendem que:

“Os relatórios contábeis gerados a partir da contabilidade são de certa forma codificados, e para que realmente possam atingir seus propósitos, é imprescindível que estes venham acompanhados de uma análise econômico/financeira, elaborada pelo contabilista, facilitando assim a leitura e interpretação dos relatórios gerados pela contabilidade.”

Diante disto, confirma-se que se as informações fossem elaboradas de forma mais simples seriam compreendidas melhor e quem sabe até mais utilizadas.

Para Heiderich (2014) o nível de escolaridade do gestor é considerado um fator diferencial com relação a capacidade de compreensão da informação contábil e

também na correta manipulação. Portanto, o grau de formação do gestor é um aspecto importante para qualquer negócio.

4.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE *VERSUS* COMPREENSÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Diante de alguns estudos realizados, os quais afirmam que o nível de escolaridade do gestor pode interferir no entendimento das informações contábeis, a presente pesquisa realizou o cruzamento dos dados entre: Nível de escolaridade *versus* Compreensão das informações contábeis. Os resultados estão disponíveis na Tabela 10.

Tabela 10 – Relação entre o grau de escolaridade e a compreensão das informações contábeis.

Grau de escolaridade	Compreensão das informações contábeis (%)		
	Compreende	Em parte	Não compreende
Fundamental	0,00	27,27	100
Médio Incompleto	12,5	9,09	0
Médio	87,5	63,64	0
	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Dos gestores que possuem o nível médio, apresentaram um percentual de 87,5% dos que compreendem a informação contábil, já os gestores do nível médio incompleto tiveram o percentual de 12,5%. Nota-se que aqueles que tem o nível fundamental apresentaram o percentual 0,00 nesta coluna.

Analisando a coluna dos compreende em parte a informação contábil, os do nível médio também obtiveram o percentual maior, alcançando 63,64%, o fundamental 27,27% e médio incompleto 9,09%. Com relação a coluna que dispõe o percentual dos gestores que não compreende esse tipo de informação, apenas os que tiveram somente ensino fundamental apresentam percentual.

Portanto, de acordo com essa amostra o grau de compreensão da informação contábil leva em consideração o nível de escolaridade dos gestores. A formação é um fator importante para a gestão da empresa, mesmo sendo um negócio pequeno. Além de conseguirem gerenciar com maior qualidade, também estão mais abertos a novas ideias, sugestões e ajudas.

Com base na análise desses resultados, a próxima seção descreve as considerações finais desta pesquisa e são apresentadas as limitações, as suas possíveis contribuições e sugestões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a importância da informação contábil no gerenciamento das micro e pequenas empresas de Pindobaçu – BA. Com o intuito de responder a questão orientadora da pesquisa e os objetivos, foi elaborado um questionário e aplicado as MPE's da amostra, foram obtidos 20 (vinte) respostas.

Neste sentido, respondendo a questão-problema, pode-se afirmar que o grau de importância da informação contábil na gestão das MPE's da amostra, está relacionado ao entendimento por parte dos gestores e a forma como é apresentada. Essa pesquisa indicou que existe a valorização desse tipo de informação por parte dos gestores, muitos utilizam sempre com base para a tomada de decisões, outros fazem uso as vezes, pois nem sempre as compreendem. Portanto conclui-se que é necessário obter melhorias na informação, no sentido de tornar mais fácil a compreensão e ser mais completas. A análise indicou que 85% dos gestores apontaram essa necessidade. Quanto ao entendimento seria interessante também que os contadores se disponibilizassem a explicar, com certeza haveria maior reconhecimento e utilidade das informações.

A pesquisa possibilitou identificar algumas características sobre a informação contábil das MPE's: a) Tipo de informação mais utilizada: informação fiscal/legal; b) Informações necessárias para gestão: receita versus despesas, faturamento versus lucro, custos; c) Meios utilizados para expor: Demonstrações Contábeis, documentos e planilhas.

A respeito da informação contábil, os resultados apontaram que 60% das MPE's da amostra acreditam que esse tipo de informação contribui para o alcance dos objetivos da empresa. Isso denota que existe o reconhecimento da importância que as mesmas representam.

Um dos objetivos da pesquisa consistia em verificar a frequência que as informações contábeis são utilizadas no processo de tomada de decisão. Os resultados indicaram que 40% das MPE's utilizam sempre essas informações, enquanto 45% das empresas não utilizam com tanta frequência. Deve-se levar em consideração o fato que somente 40% dos gestores compreendem a informação contábil e que 55% entendem em parte, dessa forma, conclui-se que, se não conseguem compreendê-las não saberão manipulá-las e deixaram de ter a devida serventia.

Ao cruzar alguns dados com o intuito de saber se o nível de escolaridade dos gestores interfere na compreensão das informações contábeis, os resultados indicaram o que já se esperava, o grau de formação é fator determinante. Aqueles que tem o ensino fundamental entendem em parte ou não compreendem, já os que possuem o nível médio aparecem com o percentual de compreensão bem maior.

Ainda com relação à Contabilidade, em específico do profissional da área, a pesquisa mostrou que 95% das empresas não têm um contador que trabalhe exclusivamente. Este tipo de serviço é realizado forma terceirizada, dentre os motivos são citados os custos, por ser caro manter esse tipo de profissional dentro da entidade, muitos também acham desnecessário, devido ao porte do negócio. Nesse caso as empresas ficam sujeitas a algumas limitações, pois esses contadores são responsáveis também por outras organizações, diante disto, muitas vezes não conseguem prestar a assessoria completa que permita explorar o potencial que a Contabilidade pode oferecer para os negócios, ficando seu trabalho restrito às questões fiscais, legais e burocráticas.

Esta pesquisa também procurou traçar o perfil das micro e pequenas empresas da amostra. Evidenciou-se que a maioria é microempresa, 90% do total, esse percentual também é mesmo alcançado com relação às empresas que pertencem ao setor de comércio, os 10% restantes são da indústria. Pode-se afirmar que são entidades sólidas, já que, mais da metade (60%) estão atuando a mais de 10 (dez) anos no mercado e os outros 40% tem entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos. Demonstra que são empresas serias e dedicadas, capazes de vencerem as dificuldades. As MPE's, representam muito para a economia do país e nas pequenas cidades são garantias de emprego e renda para a população.

Esta pesquisa evidenciou o que muitos estudos também já apontaram, percebe-se que muitos dos proprietários ainda têm receio de procurar ajuda junto aos órgãos que orientam e colaboram com o desenvolvimento do negócio. O estudo mostrou que 60% não procuram nenhum tipo de ajuda, por acharem desnecessário, acreditarem que são capazes de resolver tudo, ou até mesmo por vergonha, o fato é que essas empresas perdem muito com isso. Esse tipo de parceria podem gerar resultados bem mais satisfatórios, o que significa crescimento e desenvolvimento para MPE's.

Diante do exposto, conclui-se que o método de abordagem adotado nesta pesquisa foi satisfatório e possibilitou que os objetivos propostos fossem alcançados.

Pode-se compreender como a informação contábil é relevante para as empresas, e que as mesmas precisam ser exploradas mais o potencial da Contabilidade.

Quanto as contribuições da pesquisa, permitiu conhecer um pouco mais sobre a Contabilidade desenvolvida nas micro e pequenas, evidenciando o quanto é importante na gestão das MPE's. Também contribuiu para mostrar o potencial que essas empresas representam para a região. Acredita-se que os resultados obtidos por esta pesquisa poderão ser úteis para orientar pesquisas futuras.

Com relação a limitação da pesquisa, pode-se citar a dificuldade na aplicação do instrumento de pesquisa, pois algumas empresas não se dispuseram a colaborar e entre as justificativas, apontaram a falta de tempo para dedicar a responder e outras simplesmente optaram por não colaborar. Também com relação a disponibilidade de dados atualizados, o Sebrae é um dos órgãos que desenvolve estudos sobre as MPE's, mas não tem a capacidade de pesquisar todas as cidades do Brasil, pois são muitas.

Como sugestão para futuras pesquisas, seria interessante analisar a importância da Contabilidade e das suas informações nas MPE's na opinião dos gestores e dos contadores. Também poderia restringir por área de atuação (comércio, indústria ou serviço), assim é possível aprofundar mais no tipo de informação contábil em específico, do setor que atua, já que é inviável de ser feito quando engloba os três setores, pois existem informações que não são comuns a todas as áreas.

REFERÊNCIAS

AFONSO FREY, I.; ROSANE FREY, M. O uso de informações contábeis na pequena empresa. **Pensar Contábil**, fev./abr. 2003.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Plantation: Modelo foi implantado no período colonial**. Uol Educação. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plantation-modelo-foi-implantado-no-periodo-colonial.htm> >. Acesso em: 02 de junho de 2015.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, M. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000. Tradução de Management Accounting, 2 ed. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1997.

BRASIL. Lei Complementar nº. 133, de 28 de dezembro de 2009. **Altera a Lei Complementar nº 123/2006**. Brasília: Presidência da República. 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp133.htm >. Acesso em: 06 de junho de 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm >. Acesso em: 07 de junho de 2015.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm > Acesso em: 15 de junho de 2015.

BORGHERESI, Renato. **Transformações do Trabalho**. Ed. Olho D'Água, São Paulo, Brasil, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Vamos abrir um novo negócio?**. São Paulo: Makron Books, 1995.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico**: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamentoconceitual.pdf> >. Acesso em: 10 de junho de 2015.

CORRÊA, A. C. C.; NETO, A. A.; NAKAO, S. H.; OSAJIMA, A. A. A relevância da informação contábil na identificação de empresas criadoras de valor: um estudo do setor de energia elétrica brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, vol. 9, nº. 18, p.137-166, jun./dez., 2012.

DIAS FILHO, J. M. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**, FIECAFI, São Paulo, v.13, n. 24, p. 38 - 49, jul./dez. 2000.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócio. Rio de Janeiro: **Campus**, 2001.

FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S. A utilização da Contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, vol. 6, nº 2, p. 89-106, mai./ago. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEIDERICH, M. I. B. **A percepção de empresários de micro e pequenas empresas com relação ao processo de utilização das informações contábeis na tomada de decisão**. 2014, 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio, MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. **MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES – Aplicável às demais Sociedades**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2003. 569 p.

KOTESKI, M. A. As micro e pequenas empresas no Contexto econômico brasileiro pequenos empreendimentos geram emprego e renda, apesar do insuficiente apoio governamental. **Revista FAE business**, n. 8, maio de 2004.

LEI GERAL. **Observatório da Lei Geral da micro e pequena empresa**. Disponível em: < <http://www.leigeral.com.br> >. Acesso em: 03 de junho de 2015.

LEZANA, A. G. R. & TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: DE MORI, F. (Org.). **Empreender: Identificando, avaliando e planejando um novo negócio**. UFSC, Escola de Novos Empreendedores, Florianópolis - SC 1998.

LOVO, O. A.; OLIVEIRA, J. L. R. de; ZIVIANI, F. O uso da informação contábil pelos gestores das empresas dos municípios de Cacoal e Rolim de Moura - Ro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**. Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p. 80 - 91, set/dez., 2014.

MACÊDO, J. M. A.; PEREIRA, L. A. C.; ANJOS, L. C. M. dos; FILHO, J. F. R; LOPES, J. E. G.; SILVA, D. J. C. da. Informação contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, set./dez., 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, R. L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. UFSC, Florianópolis - SC, v.10, n.19, p.119-140, jan./abr., 2013.

NETO, N. A. D. Reforma do sistema tributário nacional e a Emenda Constitucional nº 42/2003. **Revista de Direito Univille – RDU/** Universidade da Região de Joinville SC, vol. 2, n. 1, dezembro de 2012.

OLIVEIRA, J. de. **Análise do enquadramento no MEI um estudo de caso no comércio de cachorro quente em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. 2012.

OLIVEIRA, A. G. de; MÜLLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas Pelo sistema de informação contábil Como subsídio aos processos administrativos Nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez., 2000.

PASSONI, A. C.; CARVALHO, F. L. de; SILVA, F. H. e; PLANCOWSKI, M. C. M.; FERRARI, G. B. Contador: profissional de extrema importância para micro e Pequenas empresas na tomada de decisões. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, vol. 1, nº. 1, p.66-76, jan./jun.2013.

PAVANI, O.; VINHA, T. D. Justiça social e igualdade: tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte. **Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, Ourinhos/SP, nº 5, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRAZERES FILHO, L. A. Análise da lei do estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte à luz da análise econômica do direito. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, nº 151, janeiro de 2013.

PIRES, M.A.; COSTA, F.M; HAHN, A.V. **Atendimento das necessidades de informação para tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória – ES**, 2004. In 4º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. Disponível em: < www.eac.fea.usp.br >. Acesso em: 31 de agosto de 2015.

PORTON, R. A. B.; LONGARAY, A. A. Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisórios. **Revista Angrad**, vol. 7, n. 4, out./dez., 2006.

RAIFUR, L.; MACHADO, A. S.; MORCH, R.B.; NOGUEIRA, D.R; RAIFUR KOS, S. Objetivos e usuários em contabilidade: a informação contábil e a sofisticação do usuário na tomada de decisão. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2011.

RAIFUR KOS, S.; RAIFUR, L.; ESPEJO, M. M. S. B.; ANJOS, R. P. Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, vol. 33, n. 3, p. 35-50 set. /dez., 2014.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, A.; FREIRE, E. J.; BARELLA, L. A. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta–MT, quanto à utilização de informações da Contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. **REFAF Revista Eletrônica**, vol. 3, nº. 1, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, T. S. Tempestividade da informação: uma análise dos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras no Brasil. 2014. 74 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - **Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UNB, UFPB, UFRN, Brasília**, 2014.

SANTANA, J. **Novo estatuto da ME e EPP. Lei Complementar nº147 de 7 de agosto de 2014. Essencialidades e Orientações**. Belo Horizonte MG, agosto de 2014.

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br> >. Acesso em: 27 de maio de 2015.

SEBRAE – SP. **Por dentro da lei. Lei Geral das Microempresas e das empresas de pequeno porte**. Disponível em: < [http://leigeral.sp.sebrae.com.br/publicacoes/por dentro da lei web.pdf](http://leigeral.sp.sebrae.com.br/publicacoes/por_dentro_da_lei_web.pdf) > em: 10 de junho de 2015.

SEBRAE, **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, Brasília-DF, fevereiro de 2015.

SILVA, D. S. da [et al.]. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. Coordenação de Pedro Coelho Neto. 5. ed. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002. 136 p.

SILVA, A. B. da; BRASIL, A. S.; ALVARENGA, L. M. S.; SANTOS, S. M. dos. Desafios enfrentados pelas micro e pequenas Empresas no Brasil. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, MS, vol. 12, n. 1, 2015.

SILVA, D. da; LOPES, E. L.; BRAGA Jr., S. S. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p 01-18, jan./abr., 2014.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. Rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOUTO, M. M. **Apontamentos histórico-jurídicos da tributação nas microempresas e empresas de pequeno porte**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 115, ago 2013. Disponível em: < <http://www.ambito-juridico.com.br> >. Acessado em: 02 de junho de 2015.

SOUZA, J. H.; MACHADO, L. C.; OLIVEIRA, C. A. S de. As origens da pequena empresa no brasil. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, vol. 1, n. 1, p 54-65, mai./ago. 2007.

SOUZA, J. B. de; PELISSARI, A. S.; GONZALEZ, I. V. D. P.; SOUZA, S. P.; MARGOTO, J. B. EMPREENDEDORISMO: Fatores de sucesso e insucesso de micro e pequenas empresas. **Gestão contemporânea**, vol. 2, n. 2, p. 93-121, 2012.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração- eletrônica, Rausp- e**, São Paulo, vol. 1, n. 1, art. 7, jan./jun., 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILAS BOAS, R. G; MORAIS, M. I de. Informação contábil nas micro e pequenas empresas: uma pesquisa de campo na cidade de Tangará da Serra – MT. **Revista Unemat de Contabilidade**, vol. 3, n. 6, 2014.

A10. Que tipo de informação contábil a empresa normalmente utiliza?

- Informação fiscal e legal
- Informação gerencial (análises, preço de venda, faturamento)
- Legislação
- Opinião do contador
- Compra e venda
- Outras (descrever quais são)

A11. Quais as ferramentas utilizadas para expor as informações contábeis da empresa?

- Demonstrações contábeis
- Livros
- Documentos
- Notas explicativas
- Escrituração ou registros permanentes
- Sistemáticos das movimentações
- Planilhas
- Pareceres
- Laudos
- Outros (descrever quais são)

A12. As informações contábeis contribuem para os objetivos das empresas?

- Sim
- Não
- Parcialmente

A13. Considera necessário obter melhorias nas informações contábeis da empresa?

- Sim
- Não

A14. Qual o papel das informações contábeis na gestão das micro e pequenas empresas?

- Atender a legislação (calcular impostos, departamento pessoal, aumentar faturamento);
- A contabilidade está mais preocupada com os aspectos legal/fiscal;
- Importante para acompanhar o negócio (vendas, custos, despesas, dentre outros);
- A contabilidade é importante para o crescimento do negócio. A suas informações servem para acompanhar esse crescimento;
- A Contabilidade juntamente com as suas informações (econômica e financeira) é fundamental para traçar objetivos e acompanhar os resultados da empresa.

A15. Quais as informações são consideradas necessárias para gestão da empresa?

- Faturamento versus lucro
- Informações não-financeiras
- Margem de lucro
- Receita versus Despesa
- Custos
- Formação do preço de venda

- Rentabilidade
- Tributação
- Faturamento versus Pedidos
- Análises de tendências futuras do negócio
- Situação fiscal, trabalhista e nos órgãos de fiscalização
- Fluxo de Caixa
- Análises gerenciais do negócio
- Endividamento
- Planejamento tributário
- Não tem conhecimento

A16. Com que frequência a empresa utiliza as informações contábeis no processo de tomada de decisão?

- Sempre Às vezes Nunca

A17. As informações contábeis são compreendidas? Na visão do gestor.

- Sim Não Em parte

Dados do respondente

Sexo: Feminino Masculino

Escolaridade:

- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Médio
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Superior
- Ensino Superior incompleto

Idade: Anos